

Revista de
Sociologia
e Política

Revista de Sociologia e Política
ISSN: 0104-4478
EditoriaRSP@ufpr.br
Universidade Federal do Paraná
Brasil

Pereira Sampaio, Andréa R.
O movimento operário brasileiro e as massas populares: massas obreiras/revolucionárias ou massas
ignorantes/inertes?
Revista de Sociologia e Política, núm. 13, novembro, 1999, pp. 125-140
Universidade Federal do Paraná
Curitiba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23801310>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO E AS MASSAS POPULARES: MASSAS OBREIRAS/REVOLUCIONÁRIAS OU MASSAS IGNORANTES/INERTES?¹

Andréa R. Sampaio Pereira
Universidade Estadual de Campinas

RESUMO

O presente artigo procura analisar a influência da “psicologia de massas” sobre o movimento operário brasileiro no período entre 1917 e 1922. Nosso objetivo é demonstrar como os movimentos de esquerda podem ter os seus horizontes limitados quando da incorporação de idéias conservadoras e/ou burguesas.

PALAVRAS-CHAVE: *psicologia de massas; movimento operário; ideologia.*

I. INTRODUÇÃO

Com a instauração do modelo burguês de Estado, pautado no ideal de igualdade jurídica entre os homens, pela primeira vez na história vislumbrava-se a possibilidade de as classes populares participarem da política institucional. Desde então, os teóricos do liberalismo procuraram criar a idéia de que os populares não estavam prontos para essa atividade, formulando toda uma gama de teorias que visava justificar a exclusão político-social das massas. A face excludente dessas teorias, de certa forma, perdia-se sob o argumento de que a própria evolução da sociedade liberal culminaria em uma democratização plena. Assim, mesmo com a defesa formal da democracia, no início do século XX, os governos burgueses ainda procuravam manter um controle rígido diante de qualquer possibilidade de emancipação política dos populares — malgrado seus movimentos de resistência —, mesmo que para tanto fosse necessário recorrer à violência.

A teoria conhecida como psicologia de massas foi um importante instrumento de exclusão

social em poder da burguesia e baseava-se em dois argumentos básicos: a *irracionalidade* e a *periculosidade* das massas. Através do argumento da *irracionalidade*, almejava-se provar a pouca aptidão das massas para a política e a conseqüente necessidade de uma elite dirigente no poder; e, pelo argumento da *periculosidade*, buscava-se justificar a repressão — mesmo que violenta — exercida sobre as classes populares em nome da ordem e da paz.

Le Bon, o primeiro grande sistematizador das idéias sobre as massas em uma teoria, classifica as multidões em: 1) multidões heterogêneas (*a*) *anônimas*: como multidões de rua, *b*) *não anônimas*: como júris e assembleias parlamentares); 2) multidões homogêneas (*a*) *seitas*: políticas e religiosas, *b*) *castas*: como militar, sacerdotal e operária, *c*) *classes*: como burguesa, camponesa). Evidentemente, quando o autor estabelece esta distinção, em que todos os indivíduos estão inseridos em algum tipo de multidão, está apenas tentando ser um pouco mais democrático, pois fica patente lendo os seus escritos que a multidão que o apavora é a multidão anônima, de rua, dos pobres (LE BON, 1954, p. 131-135). As principais características que Le Bon vislumbra nas multidões são: 1) “Impulsividade”, “mobilidade” e “irritabilidade”; 2) “Sugestibilidade” e “credulidade”; 3) “Exageração” e “simplismo”; 4) “Intolerância”, “autoritarismo” e “conservadorismo”; 5) “Amoralidade”. Através de um linguajar no qual

¹ Este artigo é uma condensação da primeira parte de nossa dissertação de Mestrado: *A influência da psicologia de massas sobre o movimento operário brasileiro (1917-1922)*, defendida no ano de 1997 no Departamento de Ciência Política da UNICAMP sob a orientação do Prof. Dr. Décio Azevedo Marques de Saes.

as massas são invariavelmente equiparadas ao mundo animal, como matilha, e suas ações, aos fenômenos naturais, como ciclones, Le Bon defende que os populares não podem ter soberania política, pois sempre ansiarão por um “pastor”. Ou seja, se deixados a si mesmos, através da liberdade de voto, por exemplo, os populares sempre estariam submetidos a um líder e, devido às características arroladas acima, sempre escolheriam as piores lideranças. Qualquer aspirante a líder que tivesse “prestígio” poderia ludibriar as massas através do processo: “afirmação/repetição/contágio” (cf. LE BON, 1954; LE BON, s/d).

Gabriel Tarde, outro clássico da psicologia de massas, não se distancia muito de Le Bon em sua argumentação de que as multidões não podem ter nenhum poder político, pois sempre seguirão um líder inadequado. Para ele, as multidões tendem a optar pelas piores sugestões e pelas idéias mais “contagiosas”, ou seja, aquelas “falsas” e “egoístas”. A exemplo de Le Bon, Tarde também estabelece uma classificação dos diversos tipos de multidões, classificação essa que mal encobre a preocupação primeira com os indivíduos mais pobres e menos cultos. A principal inovação de Tarde é o seu estudo sobre os *públicos*. De acordo com ele, nos públicos, todas as características das multidões — como “sua intolerância prodigiosa, seu orgulho grotesco, sua suscetibilidade nascida da ilusão da onipotência” (TARDE, 1992, p. 57), entre outras — são exacerbadas. Sob a égide da “opinião” e através da influência de publicistas, os públicos estariam convictos de que todos deveriam se curvar a eles, até mesmo as “verdades”, quando estas os contrariassem. Tarde é o primeiro dos psicólogos das multidões, ainda que de maneira implícita, a sugerir o cerceamento da liberdade de imprensa. No demais, converge na defesa de limites à participação político/popular (TARDE, 1992; TARDE, s/d).

No Brasil, houve uma ampla assimilação das teorias conservadoras européias pela elite político/intelectual do país, culminando na exclusão e/ou repressão das classes populares por parte do poder instituído, principalmente depois da primeira década do século XX. Os trabalhos acadêmicos que abordam a violência voltada contra as classes populares pelos governos burgueses são muitos, assim como aqueles que analisam a influência das idéias conservadoras européias sobre as elites nacionais. Em vários deles, o desenvolvimento da classe operária e de suas organizações de

representação aparecem como se ocorressem à parte dos valores burgueses, ou melhor, das teorias burguesas sobre a sociedade. Todavia, devido ao grau de alcance das idéias políticas burguesas no início do século, indagações de outra ordem se fazem necessárias: até que ponto se verifica o antagonismo entre burguesia e proletariado? Será que só a direita assimilou as teorias excludentes européias que tanto se enraizaram na política nacional, ou a esquerda também o fez? Será que a esquerda não contribuiu para a estruturação de políticas elitistas por compartilhar, em certa medida, de alguns dos ideais conservadores? Tendo em mente essas preocupações, resolvemos estudar o movimento operário brasileiro para verificar se houve ou não a incorporação por ele de alguns dos elementos das doutrinas conservadoras, mais especificamente da psicologia de massas. Priorizamos o período entre 1917 e 1922, em razão da efervescência de eventos de massa que ocorriam então: além das grandes greves, esse foi um período marcado por festas de propaganda, como os piqueniques e os festivais operários (cf. HARDMAN, 1983). A data de fundação do PCB é o limite de nossa pesquisa, porque nela se verifica o início da supremacia, entre os militantes de esquerda, da proposta vanguardista dos comunistas sobre a proposta espontaneísta dos anarquistas, e o que nos interessa é o momento em que a questão da necessidade de lideranças para as massas ainda estava por ser resolvida. A nossa atenção estará centrada na imprensa operária das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo devido ao cosmopolitismo da primeira — na qual houve uma grande inserção das teorias européias — e ao desenvolvimento industrial da segunda — que tinha uma classe operária mais estruturada, ao menos numericamente.

Alguns historiadores têm como certa a existência de um processo revolucionário nos anos 20 que teria sido interrompido pela ditadura do Estado Novo. Vários trabalhos acadêmicos procuram entender esse enfraquecimento do movimento operário através da análise da ação dos aparelhos repressivos e ideológicos do Estado, ou dos discursos das classes dominantes. Não nos reportaremos a esses trabalhos porque o que nos interessa é o próprio discurso do movimento operário, expresso em seus jornais e revistas. Assim, dialogaremos mais diretamente com os trabalhos acadêmicos que procuram explicar o enfraquecimento — ou quebra — do processo

“revolucionário” privilegiando a ação da classe operária. Interessa-nos mais diretamente as teses que atrelam o enfraquecimento do movimento operário às lutas por hegemonia que ocorreram em seu interior, como aquela verificada entre anarquistas e comunistas. Como exemplo desse pensamento, podemos citar os trabalhos de Kazumi Munakata, Edgard De Decca e Ítalo Tronca.

Esses autores asseveram que, na luta por hegemonia política, as correntes do anarquismo e do anarco-sindicalismo foram submetidas a um duplo silenciamento. Primeiro, pelos próprios comunistas, que, com sua proposta de centralização política — próxima por demais da direita —, incluindo a formação de Partidos, não aceitavam a idéia de autogestão dos anarquistas. Depois, pela implementação do Estado Novo, que reprimiu todas as tendências políticas de esquerda. Seja como for, esses autores argumentam que, quando a proposta burguesa do Estado Novo saiu vitoriosa, as tendências do anarquismo já haviam sido silenciadas pelo comunismo e, junto com elas, a proposta de um mundo sem partidos políticos, de uma sociedade autogerida (cf. MUNAKATA, 1981; DE DECCA, 1986; TRONCA, 1982).

Acreditamos na pertinência do argumento do silenciamento promovido pelo Estado Novo. No demais, pensamos que houve uma assimilação da psicologia de massas por *todas* as tendências do movimento operário do início do século, fato que, de certa forma, dissolve as linhas demarcatórias entre anarquistas e comunistas no tocante a sua relação com as massas: ambos as desqualificam. Assim, a superação da proposta espontaneísta dos anarquistas ocorreu por motivos outros que o potencial autoritário da proposta centralista/partidária dos comunistas.

II. O MOVIMENTO OPERÁRIO E AS MASSAS POPULARES

Em vista do ataque maciço que o movimento operário recebeu por parte do poder burguês em nome da *irracionalidade* e da *periculosidade* das massas, não é de se estranhar que seus organizadores tenham se preocupado em conhecer as teorias que instauraram essas idéias, pois é muito coerente buscar conhecer o discurso do inimigo para combatê-lo. Assim, ainda que para fazer a sua *negação*, a psicologia de massas foi uma referência forte para o movimento operário. Tão forte, que, em boa parte dos artigos abordados por essa pesquisa, há uma *aproximação* direta com

os preceitos básicos da psicologia de massas. Abordaremos separadamente as duas tendências do movimento operário — aquela que *nega* a psicologia de massas e aquela que a *endossa* — em busca de uma maior compreensão da conflituosa existência entre as acepções mais comuns do termo massa no interior do movimento operário: *massas obreiras/revolucionárias* e *massas ignorantes/inertes*.

III. A NEGATIVA DA PSICOLOGIA DE MASSAS

"A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores."

(Epígrafe ao nº3 de *O Jerminal*)

Já no ano de 1917, Primitivo Soares parecia convencido do poder excludente da teoria leboniana, que o autor insere no mesmo patamar do “super-homem” de Nietzsche. Em contraposição direta à figura do intelectual engajado² — definido como “pigmeu”, pela falta de posses, e “gigante”, pela grandeza de ideais —, Soares critica o “individualismo” dos intelectuais que, em troca de conforto material, professam os valores burgueses: “Como [palavra ilegível] podem-se também, tomar umas doses de individualismo puro, enfronhando-se em filosofia de Nietzsche, de Gustavo Le Bon e tantos outros cientistas que passam as suas doutrinas pelo crisol de interesses dos negociantes. Neste teor o pensamento e o sentimento do super-homem não tardam em pôr as mangueiras de fora” (*A Plebe*, 09/06/17, p. 3)³.

Desprezando *O Culto dos Heróis*, Demócrito, por sua vez, estabelece uma crítica a Carlyle: “Carlyle [...] quis demonstrar que o impulso para diante das sociedades é devido a meia dúzia de tipos superiores que se tomam o encargo de impelir os homens para novos destinos e novas formas de vida e de atividade. Que isto é uma teoria [...] improvável e inexata está farto de ser demonstrado

² Cumpre salientar que um dos motivos que levaram Le Bon a estruturar sua teoria sobre a exclusão das massas foi o medo da atuação dos “intelectuais engajados”, que teriam levado o ensino à decadência. Ou seja, Soares afronta duplamente Le Bon, com a defesa do “intelectual engajado” e com a negação de sua teoria.

³ As transcrições dos artigos não são literais, pois a grafia de época foi “corrigida” para o português atual.

pelos fatos diários” (*A Plebe*, 10/06/22, p.2).

Demócrito remete em seu artigo tanto à burguesia quanto ao Partido Comunista, nos quais o ideal de “tipos superiores” e “heróis” estariam presentes. O militante pensa que divulgar Carlyle é uma forma descarada de justificar a “ditadura do proletariado”, pois toda liderança, inclusive a de Lênin — que ele identifica como um ditador —, geraria o embrutecimento da população, que se tornaria impotente para a vida livre, sã e racional. O autor, no mais tradicional estilo anarquista, quer o fim dos deuses e dos heróis, tanto divinos quanto humanos: “[...] Vivam os povos livres e emancipados, sem deuses e sem amos” (*id.*, *ibid.*).

De um modo geral, o que esses autores queriam provar, ao rebater as teorias européias, era que a militância de esquerda não constituía a *canalha*: “Não somos a canalha, somos os fatores primordiais do progresso universal, porque pelos mares em fora seguimos sempre encarando o perigo enquanto os srs. capitalistas dormem descan-sadamente em fofos colchões. Sejam ou não simpáticas ao público as nossas reclamações, seguiremos pela rota que traçamos, porque estamos acostumados a encarar temporais, dos quais os vagalhões nos atingem de vante [?] a ré, e as ventanias rasgam os panos. Ao público e ao operariado declaramos que não soubemos até hoje o que é recuar do terreno da conquista dos nossos direitos e liberdades. O nosso rumo é um: o Norte” (Anônimo, *O Jerminal*, 01/10/19, p. 4).

Outra constatação importante quanto à imprensa operária é a existência de toda uma gama de artigos que procuravam demonstrar que as multidões eram *pacíficas*, em contraposição à idéia burguesa de que elas expressavam *periculosidade/irracionalidade*. Com esse intuito, vários jornais anarquistas estruturaram o argumento da *ordem espontânea*.

A Plebe é um dos jornais do movimento operário — de tendência anarquista — que mais se preocupa em provar a *racionalidade* das massas pelo argumento do *pacifismo*. Ao descrever um Festival Operário ocorrido em 1917, o jornal apresenta o acontecimento como exemplar do pacifismo das massas e da possibilidade de uma ordem espontânea. É tamanho o interesse em demonstrar que o operariado não é a “turba desorientada”, como quer a burguesia, que o jornalista anônimo procura legitimar essa idéia através do “veredito” de um artigo da “grande imprensa”: “Damos agora

a palavra ao cronista do ‘Estado’ no que respeita à ordem reinante durante a disputa, demonstrando a assistência proletária que não é a *turba* desorientada como a apontam de quando em vez: ‘O público tomou pela disputa de todas as provas um interesse verdadeiramente excepcional, conduzindo-se de modo a merecer inteiros elogios, *pois absteve-se de*, mau grado a falta de policiamento, *invadir o local onde elas eram realizadas*, contentando-se em aplaudir com entusiasmo’” (*A Plebe*, 24/09/19, p. 2; sem grifos no original).

Devido ao desejo de provar que outros segmentos sociais compartilham da convicção de que a *massa* operária é pacífica, o libertário parece não se incomodar com o fato de o jornalista do *Estado*, provavelmente um “burguês”, ter demonstrado surpresa ao constatar que os operários não invadiram o campo no momento das competições, sendo capazes de assistir a todas elas de maneira pacífica e não como selvagens. Aliás, parece que os próprios organizadores do movimento surpreenderam-se com o pacifismo dessa manifestação de massa, conforme fica expresso pelo depoimento de outro jornalista anarquista que, depois de presenciar o grande número de pessoas que chegava para o festival — inclusive “forasteiros” —, afirma que, “apesar” da grande concentração, foi possível a ordem: “Longas fileiras de bondes despejavam constantemente forasteiros que se atropelavam ansiosos por se verem dentro do local da festa. Apesar disso, a ordem foi absoluta [...]. A polícia, que ali estava, aliás, em pequeno número, teve, por isso, ocasião de se divertir muito também com o que, afinal, muito nos regozijamos” (Anônimo, *A Plebe*, 23/09/19, p. 2).

Em consonância ao ideal de *pacifismo* das massas, alguns artigos procuram demonstrar o ambiente bom, descontraído e perspicaz das multidões. Dion Gar se diverte perante a atitude zombeteira da multidão que vai presenciar o desembarque do rei Alberto e da rainha Elisabeth. O autor faz uma paródia da idéia de herói, afirmando que as moças riam da rainha, dizendo-a feia, e que o rei era denominado “poltrão”. As multidões são apazíveis a Gar: “E eu gosto, sobretudo, de ver o povo junto. Aprecio o espírito da multidão” (*A Plebe*, 02/10/20, p. 3).

Essa apreciação do pacifismo da multidão não esgota os referenciais de racionalidade da mesma. Em outros artigos da imprensa operária, está presente a idéia de que as massas adquirem *racio-*

nalidade na medida em que se tornam *combativas* e *perigosas*. Nesse caso, há uma inversão de um dos preceitos básicos da psicologia de massas, aquele que prega que a periculosidade das massas é uma prova cabal da sua irracionalidade. Para alguns militantes, principalmente do anarquismo, era exatamente a *periculosidade* que conferia *racionalidade* às manifestações populares, na medida em que instaurava a possibilidade da Revolução e de uma visão mais “realista” do mundo. Para a militância do movimento operário, a revolta era mais do que a reivindicação de direitos legítimos dos trabalhadores, sendo antes a insubmissão a um poder arbitrário, insubmissão essa que conferiria dignidade ao trabalhador: “Nossos trabalhadores não são carneiros! Ao Terror Branco eles respondem com o Terror Vermelho” (Aniceto, *Lucta Social*, 01/05/22, p. 1).

As massas insurgentes “rugem”: “Essa voz cheia, de ameaças, / De imprecações e rugidos / É o clamor das populações[...] / [...] E quando comece a luta, / Quando explodir a tormenta, / A sociedade corrupta [...] / [...] Há de voar em estilhaços / Numa ruína espantosa” (Ricardo Gonçalves, *A Plebe*, 09/06/17, p. 2).

O singular do poema transcrito acima é que, na tentativa de provar que as revoltas populares — da “eterna massa anônima” — são legítimas, o autor recorre a um termo clássico da psicologia de massas para referir-se de maneira pejorativa às classes populares: as “populações”. Porém, o que se nota é que, apesar de o termo ser o mesmo, tem-se um sentido invertido. Nesse caso, os integrantes da *população* não são associados à *irracionalidade*, pois estão repletos de justificada revolta em sua luta por melhores condições de vida. Há que se observar também que o autor remeteu a um fenômeno natural, a “tormenta”, para se referir ao movimento das massas, bem ao gosto dos psicólogos das multidões. Todavia, também aqui os sinais não são os mesmos: a *tormenta* dos militantes operários é racional, porque ápice de um movimento revolucionário, enquanto que, para os psicólogos das multidões, ela simboliza a irracionalidade incontrolável dos fenômenos naturais, pois, para estes, as multidões são como “folhas que o furacão levanta, dispersa em todos os sentidos, e deixa, em seguida, cair” (LE BON, 1954, p. 16-17). As forças da natureza são usadas como alegorias altamente positivas quando os militantes esquerdistas remetem aos insurgentes: “Quando uma multidão se ergue para advogar os

seus direitos, perante os açambarcadores de tudo, assemelha-se ao mar que rompe os diques que tencionam limitar a sua natural expansão... Os crimes hediondos que se praticam presentemente em nome da justiça serão, muito em breve, o conjunto de provas que formarão o cabedal dos autos de acusação contra os sicários repelentes da sociedade atual...” (Anônimo, *A Plebe*, 24/09/19, p. 1).

IV. A APROXIMAÇÃO COM A PSICOLOGIA DE MASSAS

“A política é a arte de dominar
e de tosquiar as massas”

(Bakunin)

Como vimos, a tentativa da esquerda do início do século de romper com a psicologia de massas está circunscrita nos limites argumentativos da própria teoria. Além disso, a tendência que procura negar a psicologia de massas é tênue perante aquela que a endossa.

Para parte da militância, a teoria pode ser enaltecida sem trazer grandes prejuízos para o movimento. Le Bon é um título da biblioteca de *A Vanguarda* ao lado de Kropotkin e Marx (cf. PINHEIRO & HALL, 1981, p. 119-121).

Fábio Luz, ao resenhar um livro de Romain Rolland que trata da Primeira Guerra, apresenta-o como importante justamente por problematizar a psicologia de massas: “O assunto deste livro, diz ele na introdução, ‘não é a guerra, se bem que ela o cubra com sua sombra. O assunto é submersão da alma individual no abismo da alma da multidão’” (*A Vanguarda*, 27/03/21, p. 2).

Luz não é uma exceção dentro do movimento por sentir-se atraído pelos estudos que diferenciam o homem-indivíduo do homem-multidão, ou melhor, de como o homem perde a individualidade ao engrossar uma multidão. Domingos Ribeiro Filho, a título de exemplo, ao discorrer sobre as turbulências de seu tempo, quando revolucionários e reacionários estariam inquietos frente aos recorrentes movimentos de massa, argumenta que uma situação caótica, como a que estavam vivendo, equivaleria a um “laboratório” de pesquisa para os estudos sobre a psicologia das massas: “Um psicólogo das multidões tem o mais vasto e o mais extraordinário campo de observações que imaginar-se pode. Que será de nós amanhã? E as idéias surgem alternadas, confusas, impetuosas, obscuras e atravancadas como os escombros das gran-

des explosões” (*Spártacus*, 30/08/19, p. 1).

Convém salientar que, apesar de conferir legitimidade à psicologia de massas, Ribeiro Filho não deixa de criticar a estratégia burguesa de utilizar suas premissas contra os anarquistas: “Apontar a anarquia como tumulto, caos, desordem, terror e pânico e dizer que nós anarquistas somos sicários, imorais, sanguinários e vagabundos é um baixo estratagemma reeditado nos quatro cantos do universo com uma frequência que quase não mais se compreende” (*id.*, *ibid.*).

O que podemos notar é que, para vários militantes, a psicologia de massas é válida, representando um problema somente quando má utilizada, principalmente pela burguesia. Demócrito, por exemplo, acha incoerentes as idéias burguesas de que o povo é “massa amorfa/bruta”, estômago e sensualismo, cheio de vícios e superstições, não possuindo cérebro, estando, assim, despreparado para as atividades políticas. Todavia, acaba por aceitar muitos dos preceitos básicos da psicologia de massas, desde que instrumentalizados pelos elementos “conscientes” do proletariado, de maneira diametralmente oposta ao que seria a utilização “leviana” de governar por “decretos” dos “taumaturgos”: “Nós, paladinos das reivindicações mais elevadas do povo trabalhador, batedores da estrada agreste do progresso, vanguarda aguerrida da caravana revolucionária, não ignoramos os *defeitos* de que sofre o povo trabalhador, as falhas de que padece, a sua insuficiência de pensar e de sentir. [...] Mas esse conhecimento [incapacidade das massas] só nos serve [aos anarquistas] de incentivo à luta e só nos move a mais trabalho, a mais esforço, a mais fadiga para o melhorar *física e moralmente* e o procurar libertar mais depressa de tutelas degradantes e da situação abjeta em que se encontra” (*A Plebe*, 24/06/1922, p.1; sem grifos no original).

A moralidade do povo pode ser melhorada⁴, assim como a sua própria psicologia. Segundo o bolchevista Bukharine, foi exatamente isso que a Revolução Russa promoveu. A publicação de seu artigo na revista *Movimento Comunista* dá o tom de como os militantes brasileiros compartilhavam dessa crença: “Toda a psicologia das massas, seus horizontes, toda a maneira de pensar se modifica

melhorando. Os observadores burgueses [...] acham um sinal de boa educação falar da capacidade das massas na república soviética. Porém, a apreciação real do que se passa, a comparação entre o passado e o presente fala o contrário. A psicologia das massas encontra sua melhor expressão na sua maneira de falar na aldeia. Comparem a atual maneira de falar na aldeia com a anterior e encontrarão o abismo que as separa. O idioma atual é quase literário⁵. E os horizontes? Acaso não se dilataram numa rapidez fabulosa? Acaso o povo russo, no sentido mais lato da palavra, não deixou, já, de ser aquela ‘Fefela’, objeto de mofa dos intelectuais do tipo dos desenganados? A amplitude do movimento das idéias tornou-se gigantesca, nunca vista” (*Movimento Comunista*, 02/22, p. 54).

Constatamos que o diálogo com a psicologia de massas nem sempre ocorreu de maneira tão direta quanto os artigos acima, mas também de maneira mais sutil, pela aceitação de seus preceitos básicos.

O argumento leboniano da “impulsividade/mobilidade/irritabilidade” — “intolerância”, para Tarde — está presente na imprensa operária, principalmente nos artigos em que a “loucura coletiva” da guerra é explanada (Antonio Fernandes, *Spártacus*, 13/09/19, p. 2), assim como aquele do “prestígio” — que deve ser reportado à mentalidade, e não à razão — como mantenedor das instituições (R. Soares, *A Plebe*, 28/07/17, p. 1).

A “inconsciência” das massas — um dos alicerces da teoria — é uma realidade para parte significativa da militância do movimento operário do início do século, e a metáfora do *carneiro* é o recurso mais utilizado para discorrer sobre ela, como também o fora quando tentaram provar o oposto. Para esses militantes, a *inconsciência* e a *passividade* caminham lado a lado. O apelo de Bondiego pela união dos “companheiros”, para que se tornem invencíveis, é significativo. O anarquista diz-se envergonhado de sentir-se como todos, sempre um “carneiro” (*A Plebe*, 15/10/19, p.2). Ainda que façamos a crítica, não podemos deixar de reconhecer o valor de tentativas, como essa de Bondiego, de não se apresentar como superior aos

⁴ Essa é uma idéia leboniana clássica: o povo terá a moralidade do seu líder, boa ou ruim.

⁵ Para Tarde, a conversação também é um bom indicativo do grau de evolução de um povo e/ou classe social (TARDE, 1992, p. 79/154).

seus possíveis leitores, na medida em que afirma sentir-se como “todos”. Frente ao tom agressivo que iremos encontrar em muitos outros artigos, esse não é um cuidado desprezível, assim como o daqueles autores trabalhados anteriormente, que tentaram provar que as massas eram conscientes. Outro autor, identificado como “um vidreiro” — talvez para se confundir com “todos”, como Bon-diego —, incita os operários a organizarem-se e reerguerem os sindicatos, para que não continuem “como um rebanho de carneiros sujeitos à prepotência patronal!” (*A Plebe*, 12/06/20, p. 3).

O que faz do trabalhador um inconsciente, para vários militantes do anarquismo, é a participação na política institucional. Ao comentar o sufrágio, um anarquista anônimo não se conforma com o fato de o “povo básbaque” participar “dessa comédia” que, segundo ele, seria a causa de toda a miséria e infortúnio do operariado (*A Plebe*, 21/10/19, p.1). José Oiticica repudia qualquer proposta de participação político-institucional: “Há, com efeito, uma turba de homens escravizados que inda apelam para os meios políticos, que inda confiam na ação parlamentar, que inda supõem grande vitória de um ou dois operários afogados na multidão dos emissários burgueses a falarem inutilmente e esbravejarem sem resultado, a procrastinarem com esperanças vãs a sonhada emancipação dos homens” (*Spártacus*, 30/08/19, p. 1).

No radical poema de Antonio Pedro, a “Anarquia” — apresentada como um agente social — mostra-se indignada com o próprio *pensar e agir* da população. Até mesmo o *sentir* da “carneirada” é inadequado para o anarquista, como o era para Le Bon: “Não me conformo com o que toda-agente, / Essa mísera e infame carneirada, / Opina e diz, sanciona, pensa e sente. / Rebelo-me. Protesto. Faço assuada. / [...] E só descansarei da minha lida / Quando o último burguês deixar a vida... / — Como me chamo? — Eu chamo-me Anarquia!” (*A Plebe*, 28/02/20, p. 2).

Da *inconsciência/irracionalidade* nasce a necessidade de “culto” das multidões, tanto para Tarde e Le Bon, quanto para alguns militantes esquerdistas. *A Vanguarda* edita um texto que, apesar de discutir a situação da Rússia, dá o tom de como um jornal comunista podia vincular idéias de que o homem-massa, diferentemente da minoria militante, é um ser *cultural*, por receber somente informações que remetem aos instintos e sentimentos: “Em verdade, existe ainda na massa humana a *necessidade de culto*. Este não desaparece senão

entre uma pequena minoria de homens que seguem esta grande máxima: ‘nem deus nem senhor’. Para esta pequena minoria, cada um é o dono de si próprio. Cada um examina, julga, decide e age. Mas a massa humana encontra-se ainda composta de *seres culturais*, sentindo a necessidade de adorar e de se guiar pela palavra do Mestre. Esta massa, quando se diz socialista, jura por Marx, por X, ou por Y, segundo os países. Uma fração desta massa jura atualmente por Lênin, e aceita como verdade qualquer palavra do Mestre. Não examina, nem julga, *nem pensa*; limita-se a escutar, a aprovar e a *atuar em seguida*” (Augustin Hamon, *A Vanguarda*, 05/03/21, p. 2; sem grifos no original).

Para o militante Salomão, o “culto das imagens” é realizado devido ao fato de que “as coisas abstratas entram dificilmente na alma das multidões” — idéia praticamente literal de Le Bon —, cabendo aos tipos “evoluídos” educarem os tipos “inferiores” (*Spártacus*, 03/01/20, p. 2).

Segundo os psicólogos das multidões, o “simplicismo” e a “credulidade” dos seres culturais favorecem a “sugestão”. Para Koralff também. Quando este discorre sobre o que seria um artigo mentiroso do *Comércio do Paraná* sobre o maximalismo, diz: “É verdade que os tais ‘águias’ [jornalistas “embusteiros” da imprensa burguesa] visam o efeito das suas patranhas no *espírito paupérrimo da multidão anônima*, atrofiado por séculos e séculos de escravidão e de ignorância. É verdade que as patoqueiras de profissão contam com a *simplicidade da credulidade do vulgo*, sabendo que *quanto mais grossa e bombástica a mentira, mais fácil é o acesso à credulidade popular*, suscetível à emoção *como um bebê recém-nascido*. E conseguem os seus fins... Mas até quando, asquerosos e nojentos embusteiros?!” (*A Plebe*, 18/09/19, p. 3; sem grifos no original).

O texto de Koralff é praticamente um plágio de Le Bon: a multidão é anônima e ignorante, tem o espírito atrofiado — até quando fala de atrofismo, o autor refere-se ao espírito e não ao cérebro —, é crédula e, pela emotividade, equivale a uma criança. Mesmo a crença leboniana de que quanto maior a mentira, maior será a sua aceitação pela credulidade do vulgo é apropriada pelo autor, ainda que seu texto sugira que essa “realidade” possa mudar.

Juntamente com a grande imprensa⁶ — que

⁶ Os intelectuais também são criticados quando prestam-se

tripudia sobre o “povo ingênuo e ignaro” (*A Vanguarda*, 16/03/21, p.1), “conservando o povo (‘brutos’, ‘jécas-tatús’) na ignorância” (*Spártacus*, 20/09/19, p.2) —, a Igreja Católica é apontada pelos militantes do movimento operário como um dos maiores agentes *sugestionadores* das massas a serviço da burguesia. Comentando o que seria a intervenção ilegítima da Igreja nas associações operárias, devido ao fato de ela nada ter feito para melhorar a sorte das classes pobres por mais de doze séculos, um autor anônimo assim descreve o poder de persuasão dessa instituição: “A organização clerical, que tem as suas raízes mergulhadas na ignorância do povo, foi sempre e em toda a parte o mais poderoso aparelho com que pôde contar a burguesia, para conservar as massas em estado de aviltante embrutecimento e ignominiosa passividade. Conhecedores como são seus representantes de todos os segredos da arte de sugerir, eles têm até aqui conservado a possibilidade de anular a razão e a vontade humana” (*O Jerminal*, 15/06/19, p. 3).

Dessa convicção de alguns militantes de que a burguesia tem os seus agentes especializados em sugerir as massas — anulando a sua razão —, nasce as acusações contra o industrial farmacêutico. Para Notari, esse industrial é ainda pior que os outros por especular com a *credulidade* e com o medo da multidão. Como todos os outros industriais, ele também produziria artigos enganosos — no caso, remédios sem potencial curativo — que a multidão “atordoada” consumiria: “Assim a multidão, a imane multidão anônima e modorrenta, atordoada e confiante, a imane e pequena multidão humana que tem medo de sofrer e tem medo de morrer, acorre, compra, engole, agoniza e morre. E ele [o farmacêutico] especula com esse medo” (*A Plebe*, 10/07/20, p. 4).

Os “baluartes” da sociedade parecem não estar sujeitos aos mais antigos dos medos: a dor e a morte. Notari conclui o texto afirmando que não se espantaria se um dia aparecesse um padeiro

que fizesse um pão sem nutrientes, mas saboroso, que convencesse a “confiante” multidão a comê-lo para, logo após, morrer feliz com a convicção de estar bem alimentada. Para o autor, a humanidade — “esta espantosa besta mansa” —, mais especificamente a *multidão*, é facilmente manipulável.

Ato contínuo a toda essa desqualificação das massas populares é a construção de um discurso que prega a “necessidade de liderança” para as mesmas. Afinal, foi para defender o elitismo que Tarde e Le Bon escreveram. Os militantes esquerdistas, por sua vez, defendem a “necessidade de liderança” para que o processo revolucionário seja estruturado. O ápice dessa idéia é a construção do argumento da “vanguarda esclarecida”.

O jornal *O Debate* — “porta voz do operariado”, no qual escrevem militantes de várias tendências políticas de esquerda — é apresentado ao seu público leitor como um expediente para retirar o trabalhador insatisfeito de sua condição inumana de passividade: “É necessário fazer reboar, sobre o charco e em meio à calmaria podre, o grito das consciências insatisfeitas e ainda anuladas na inon-sacreização dos rebanhos submissos” (*O Debate*, 12/07/17, p. 4).

Outro jornal, *A Vanguarda*, anuncia-se como a liderança — conforme fica patente pelo seu título — capaz de retirar as massas da inconsciência: “Por todas as partes deste país, os trabalhadores se acham na mais profunda ignorância de seu destino; mas agora, porém, aparece este jornal diário que lhe pode cultivar o cérebro, com idéias novas, tornando-os homens livres e emancipados, aptos para lutar em defesa da liberdade e da justiça” (*A Vanguarda*, 08/03/21, p. 3).

O revolucionário russo, Victor Serge, é uma referência para os comunistas brasileiros. Na revista *Movimento Comunista* (p. 269-273), de agosto/setembro de 1922, há uma transcrição de um texto desse autor no qual ele parece plenamente convencido de que somente o Partido Comunista é capaz de tornar-se a liderança adequada às massas proletárias. Ele argumenta que nem mesmo os sindicatos poderiam realizar essa tarefa. Os sindicatos estariam sujeitos à corrupção e à ascensão de “elementos instáveis”, ou de “pouca consciência”, em seus quadros. Para o autor, o Partido não incorreria nesses males porque os seus integrantes poderiam controlar-se mutuamente. O porquê de os sindicatos estarem excluídos dessa lógica de controle mútuo, Serge não explica. Tal-

a sugerir as massas, “traindo” a sua missão social de esclarecimento. Demócrito chama a Liga das Nações “Liga dos Lobos” porque os seus representantes teriam se vendido à burguesia devido à dependência econômica em relação a ela (*A Vanguarda*, 28/05/21, p. 1). Segundo José Oiticica, os integrantes da Conferência da Paz estariam “*instruídos na arte e da manha com que aplicação á fucinha da plebe ignara o açamo contendor*”. (*Spártacus*, 06/09/19, p. 2)

vez porque esse seja apenas um detalhe para esse autor que parece convencido de que a Revolução, guiada pelo partido, sempre será possível: “E é esse partido proletariano, organização da minoria revolucionária de melhor tẽmpora, a mais consciente, que de fato exercerá em breve a ditadura” (p.273).

Em consonância com essa fé na inevitabilidade da ditadura do proletariado, a ser imposta imediatamente após a Revolução, o mesmo Victor Serge esclarece, em outro artigo, o que seriam equívocos de algumas leituras sobre a Revolução Russa (*Movimento Comunista*, 03/22, p. 89-92). Serge tem como absurda a acusação, feita por outras correntes de esquerda, de que os bolchevistas teriam obrigado o povo a segui-los através do terror. Buscando outro revolucionário russo, Karl Radek, conclui que a ditadura de uma “minoría revolucionária” é a única maneira de exercer influência sobre as massas atrasadas. O autor afirma que o atraso do povo russo é tamanho que este se ajoelha em portas de igrejas, praticamente pedindo a volta dos antigos repressores, como o clero e a monarquia. À maneira de Le Bon, Serge pensa que as massas procurariam eternamente por um “pastor”, devido à sua “credulidade”. Assim, ele apresenta a ditadura russa como um bálsamo para os próprios trabalhadores, pois, além de suprir o “anseio por liderança” — que lhes seria inerente —, levá-los-ia inevitavelmente à emancipação. Nas palavras do autor: “Assim, como houve na França de 93, camponeses, pobres, vendeanos, que se fizeram matar pelo senhor e pelo rei católico, há também um pobre povo, na Rússia, que por muito tempo tem esperado a volta do barine. E se não houvesse à testa da Revolução russa uma minoria enérgica e bem organizada, aquele elemento, que tem por si as forças do passado, teria vencido” (p. 99).

A ditadura do proletariado seria a única forma de superar as “forças do passado” às quais as multidões estariam muito apegadas — idéia que, aliás, parece retirada daquela do “conservadorismo das multidões” da teoria leboniana — e instaurar uma sociedade comunista. Para Serge, aqueles que apostam na implementação direta do comunismo libertário, esquecendo-se do atraso das *massas*, são pessoas ingênuas e equivocadas.

Neno Vasco, incluindo-se na linha de autores que defendem uma liderança para as massas, além de desqualificar os movimentos reivindicatórios

espontâneos e a ação direta — quando não os confunde com “bagunça” —, confere pouca importância aos organismos tradicionais de resistência operária, como as cooperativas: “A ação cooperativa tem um âmbito restrito e é de curto alcance. Os movimentos de massa, as agitações da praça e de opinião, a greve geral, os assaltos, além de não se poderem manter indefinidamente, obtêm efeitos pouco duradouros” (*A Vanguarda*, 01/03/21, p. 2).

Para boa parte da militância comunista, os movimentos espontâneos das massas só adquirem importância à medida que são canalizados para os seus ideais revolucionários. A revista *Movimento Comunista* (p. 82-88), de agosto/setembro de 22, traduz um artigo de Karl Radek no qual este discorre sobre as alternativas do Partido Comunista em “influir” nos movimentos espontâneos das massas, transformando-os em luta para a “conquista do poder”. Esse comunista não menospreza totalmente as massas, uma vez que aposta na necessidade da conjugação da ação das massas com a do Partido para que seja possível a queda do poder burguês. A crítica do autor está direcionada aos movimentos espontâneos das massas que fogem da alçada das vanguardas.

Até aqui, parece que somente comunistas eram declaradamente vanguardistas. Todavia, essa posição não era exclusividade deles. Passemos a palavra a um anarquista anônimo: “Nós libertários pretendemos constituir a vanguarda consciente da massa imensa de escravos. É pois a nós que principalmente cabe a tarefa de orientação e preparo da massa” (*A Plebe*, 25/06/21, p. 1).

Outro artigo de um jornal anarquista não vê problemas no fato de o movimento operário ser dirigido por “minorias”, desde que estas se pautem nos ideais libertários. Aldo apresenta como coerente a iniciativa de uma “minoría” — que seja “ativa”, “generosa”, “constante”, “persistente” e “dedicada” — em esclarecer a “maioría”, pois, se a consciência da maioria correspondesse à realidade, a revolução já teria sido feita, e a sociedade burguesa ruído. Aldo também procura responder às divulgações da grande imprensa de que as manifestações operárias, como as greves, não representariam as massas, por serem resultantes da ação de minorias. Estabelecendo uma hierarquia entre as minorias, o anarquista apresenta a minoria do movimento operário como legítima, porque representante do trabalhador, que é, afinal, maioria. Ou

seja, a minoria operária seria uma minoria em proveito da maioria, diferentemente da “minorias” burguesa; esta sim, uma minoria que agiria independentemente das massas. Da mesma forma que Tiradentes e os abolicionistas teriam lutado no passado pela emancipação de maiorias, Aldo argumenta que os anarquistas estariam lutando pela emancipação de toda a classe trabalhadora, como seus legítimos representantes. Ademais, o surgimento de movimentos maciços, a partir da ação de minorias, seria quase que uma “lei histórica”: “Em todos os tempos foram efetivamente estas minorias revolucionárias que agitaram as idéias nobres, que sacudiram os povos da sua inércia e apatia, que convocaram às armas as populações em defesa da liberdade” (*A Plebe*, 24/01/20, p. 2).

Essa “lei histórica” sobre a necessidade de lideranças é recuperada por Joaquim Manjor. O militante assevera que vai narrar um fato “real”, uma insurreição derivada da fome — que teria ocorrido no início do século —, na qual, no momento decisivo da indignação e da revolta, a liderança, de uma mulher, fez-se presente: “Era necessário, indispensável mesmo, como em todos os momentos solenes da história, alguém que falasse àquela multidão revolta e esfomeada, concitando-a e dando o exemplo pelos seus próprios atos à grande tormenta regeneradora. Desgrenhada e lívida, ela disse: — Camarada, vinde! Todos a acompanharam” (*A Plebe*, 07/10/17, p. 3).

Nesse artigo, não só está presente a idéia de que os movimentos de massa não podem prescindir da liderança, mas também a crença tipicamente burguesa de que as revoltas dão-se pela fome.

O ápice da aceitação da idéia de necessidade de liderança — e da psicologia de massas —, por parte dos anarquistas, ocorre quando Felipe Rodolfo escreve um artigo para *A Plebe* — um dos jornais ácratas mais tradicionais — no qual o *Partido* aparece como o agente capaz de realizar a formação do “estado psicológico” das massas: “O que é prerrogativa dos partidos políticos na formação do estado psicológico da multidão é a concepção filosófica ou social que os anima e faz dele uma potente alavanca para o ato demolitivo e um ser consciente no ato reconstrutor da revolução, isto é, depois do triunfo desta” (*A Plebe*, 11/12/20, p. 2).

Certamente, não deixa de ser surpreendente a

constatação de que também os anarquistas não conseguiram escapar totalmente da idéia de que as massas necessitam de uma liderança, defendendo inclusive o que até então fora um de seus alvos prediletos contra burgueses e comunistas: os partidos políticos. Todavia, o choque fica em suspenso perante o aterrador artigo de Aysh impresso pelo *Jornal do Subiroff*, o qual, ao pregar a necessidade de liderança para as massas — ou melhor, para os “pobres” — afirma que essa liderança não deve ser levada pelos organismos de esquerda, mas sim pelos “ricos”, pois a “natureza dotou os ricos de todos os recursos. Mas impôs-lhes deveres muito sérios. Eles são a providência moral dos pobres” (*O Jornal do Subiroff*, 16/12/20, p. 10). Por constituírem a providência moral dos pobres, os ricos deveriam administrar o dinheiro em prol dos “que mais sofrem, dos mendigos, dos ignorantes, dos delinquentes” (id. *ibid*). Os ricos seriam o “depositário” da riqueza pública, e não os “donos” do dinheiro. Frente a essa “árdua” tarefa dos ricos, as clássicas questões de comunistas, socialistas e anarquistas, como a divisão igualitária dos bens, ficariam em segundo plano para Aysh. A organização desses ricos, para o próprio bem dos pobres, é que seria fundamental: “O modo de apropriação da riqueza, individual ou coletivo, é um problema secundário, que deve ser debatido pelos competentes da economia política, quando se tiver restabelecido o conselho econômico, ao lado dos conselhos do ensino e da justiça” (*ibidem*).

Apesar de considerar secundário o problema do modo de apropriação da riqueza, Aysh não deixa de discuti-lo. O autor afirma que é necessária uma reforma social que diminua as disparidades sociais. Assim, sugere a criação de uma nova legislação que deveria: promover a desapropriação, impor limite à herança, criar impostos progressivos sobre a renda e, por fim, estabelecer mecanismo de proteção do trabalhador contra os acidentes de trabalho. Como podemos notar, o autor nem cogita a edificação de uma nova sociedade nos moldes socialistas, nos quais os ideais de igualdade estariam presentes. Mais do que não pensar em termos socializantes, esse autor, de um jornal “maximalista”, defende textualmente a desigualdade como a mantenedora da “harmonia” social, na medida em que os serviços básicos da vida em sociedade eram garantidos por ela: “Se todos fossem ricos ou todos pobres, certos trabalhos necessários seriam abandonados irremissivel-

mente. Quem desceria aos esgotos das grandes cidades, para desobstruí-los? Quem sustentaria a abertura do istmo de Suez?” (ibidem).

Por conta de trechos como o transcrito acima, quando entramos em contato com o *Jornal do Subiroff*, pensamos ter em mãos uma imprensa humorística sobre os métodos de ação do movimento operário, a começar pelo nome do redator do jornal, Ivan Subiroff — que se apresenta como um “delegado russo” no Brasil —, e de outros articulistas, como Maximof e Ignatief, que bem poderiam ser uma paródia dos russos. A defesa da “desigualdade social” para que os esgotos das grandes cidades continuassem limpos, vinda de uma “maximalista”, pareceu uma grande brincadeira, de mau gosto, evidentemente, mas uma brincadeira. Entretanto, como não conhecemos o tipo de humor que se fazia no início do século, achamos prudente analisar os artigos encontrados como se eles fossem sérios, ou melhor, como artigos que, por fazerem parte de um jornal que se dizia representante das classes trabalhadoras, deveriam, ao menos na retórica, levar em conta todos os indivíduos das classes baixas. Mesmo assim, qual não foi nossa surpresa quando encontramos uma referência ao livro *A Oligarquia Paulista*, de autoria do “delegado russo” Subiroff, em um artigo de conhecido jornal socialista que discutia a falta de legitimidade das administrações corruptas (Prof. C. C., *A Vanguarda*, 19/03/21, p. 1). Perante o que parecia ser a constatação de que Subiroff era um militante não só real, mas conhecido, nossas esperanças de estarmos pesquisando um jornal humorístico praticamente desvaneceram e resolvemos fazer uma breve abordagem sobre a peculiar leitura que esse jornal fez do clássico ideal esquerdista de *igualdade social*.

O militante que assina as iniciais Y. F., no mesmo número do *Jornal do Subiroff* no qual se encontra o artigo de Aysh, discorre sobre o “dogma” da igualdade. Segundo o autor, a igualdade pode ser possível, mas desde que definida “cientificamente”. Cientificamente, a igualdade existiria na “solidariedade”, por meio de agremiações, nas quais cada indivíduo conservaria as suas diferenças sem prejudicar a igualdade do conjunto. Somente quando desaparecessem a “união” e a “solidariedade” é que surgiriam as “desigualdades fatais”, que o autor absolutamente não define o que seriam. Segundo o militante, a igualdade no sentido de “nivelamento” só pode existir em “cérebros gastos pela metafísica”, pois a inteligência de um Newton,

por exemplo, jamais seria a mesma que a de um “caixeiro viajante”. Resumindo o argumento do autor: há que se buscar a “igualdade” desde que respeitadas as “desigualdades naturais” (*O Jornal do Subiroff*, 16/12/20, p. 14).

A desqualificação das massas populares caminhando lado a lado com a tentativa de provar que as mesmas são racionais e capazes de estruturar o movimento revolucionário, e uma posterior sociedade socializada, parece constituir o grande paradoxo do movimento operário do início do século. Entretanto, se pensarmos que os militantes diferenciavam muito bem os indivíduos que engrossavam as massas *obreiras/revolucionárias* daqueles das massas *ignorantes/inertes*, o paradoxo de desfaz. Os militantes do início do século não criticavam e elogiavam indiscriminadamente as massas populares. Na verdade, eles dirigiam as suas críticas a grupos sociais bem definidos. Pela análise empreendida até aqui, a delimitação de quais indivíduos constituiriam as *massas conscientes* para a liderança do movimento operário parece clara. O que pudemos notar, pela análise das fontes, é que, para a militância do início do século, as *massas obreiras* redentoras são aquelas constituídas preferencialmente por trabalhadores comprometidos com alguma tendência política de esquerda, sejam sindicalizados ou não. Afinal, foram considerados “conscientes” os trabalhadores que participavam dos eventos organizados pela direção do movimento operário, ou então aqueles que aceitavam os preceitos das doutrinas esquerdistas, seja de tendência comunista ou anarquista. Devido à militância, esses trabalhadores seriam conscientes e, em potencial, agentes transformadores da sociedade. E as *massas inconscientes, ignorantes e inertes*? Evidentemente, para o movimento operário, não corresponderiam aos trabalhadores que participavam de seus eventos, respondendo aos seus apelos. O olhar dos dirigentes do movimento operário para algumas manifestações político/culturais que não se enquadram nos moldes clássicos da política fornece-nos algumas pistas a respeito.

Comentando uma procissão “patrioteira” ocorrida em “Araguary” — MG —, convocada pela “Liga Operária” local em comemoração ao fim da Primeira Grande Guerra, o militante anônimo assim se refere aos populares que lá estiveram presentes: “Eu desejaria que os nossos companheiros de todo o Brasil vissem os proletários de Araguari empunhando esses trapos sarapintados e carnavalescos que a burguesia chama de bandeiras... Desejaria

que vissem o entusiasmo com que eles, como um pobre rebanho, se amontoavam à porta dos políticos locais” (*A Plebe*, 10/09/19, p. 2).

Para o autor, a participação nos “festejos da paz” insere o trabalhador nas características clássicas arroladas pelos teóricos das massas. Curiosamente, o “mineiro”, que o autor acredita não ter alcançado o “estado mental” de sua época — note o preconceito regional —, constituiria o “rebanho” pelo simples fato de comemorar o fim de uma guerra que, conforme uma série de artigos da própria imprensa operária, nenhum benefício poderia trazer para o trabalhador.

Descrevendo desta vez o que parece ser uma procissão religiosa — e não nos esqueçamos que a militância, principalmente a anarquista, vislumbra na Igreja uma das maiores sugestionadoras das massas —, outro autor anônimo deixa clara a dicotomia entre a massa “imbecilizada” e os indivíduos conscientes, que estariam a serviço da “emancipação” do povo: “Enquanto aquela massa imbecilizada assim cantava, dando demonstração de sua deplorável subserviência, na janela da redação d’ *A Plebe*, o rubro pendão subversivo, desfraldado ao vento evidenciava o protesto da geração nova que trabalha para conduzir o nosso povo à sua emancipação” (*A Plebe*, 16/06/17, p. 3).

A descrição do caráter festivo do evento, na qual está sugerida a idéia de embotamento dos sentidos, completa-se com a afirmativa do autor de que a procissão assemelhava-se em diversos aspectos ao carnaval, que, aliás, constituía um dos alvos preferenciais da crítica dos militantes, como o eram todas as atividades lúdicas do operariado, senão aquelas promovidas por eles.

João Russo, descrevendo o carnaval, dá-nos um testemunho conciso de como os anarquistas concebiam essas manifestações exteriores ao movimento: espaço de sensualismo exacerbado e de toda sorte de trapaças que seriam inerentes à multidão. Vejamos como Russo discorre sobre a “Ilusão do Arlequim”: “Para ele, agora, esse tríduo do sensualismo nada mais é do que o reinado absoluto da condescendência. Por condescendência, da multidão de pândegos muitos espirituosos consentiram no caftismo, na rapinagem, no crapulismo... Lindas columbianas se renderam à concupiscência comatosa dos tristes pierrôs... E mais ... e mais” (*A Plebe*, 14/02/20, p. 2).

Conforme podemos perceber, a crítica dos

militantes a acontecimentos festivos, como o carnaval, muitas vezes extrapola a referência ao que seria o potencial “alienador” desses eventos, tornando-se moralista ao se preocupar com o afloramento do sensualismo, por exemplo.

Bem moralista, embora não entre na questão das massas populares, outro artigo é esclarecedor. Máximo X recorre ao artigo de um *eugenista*, Plácido Barbosa, impresso na *Folha*, para elaborar uma crítica ao *maxixe* e ao *puladinho*. Nas palavras de Barbosa, essas danças não seriam coisa de “gente ciosa da decência”. Máximo compartilha da visão moralista do *eugenista*, criticando a sensualidade das danças: “Citando Clemenceau, ele [Barbosa] dizia que tais conjunções corporais de dançadores quadrariam bem na cama..., e assim mesmo com o quarto às escuras” (*Spártacus*, 10/01/1920, p. 2).

Tendo em vista o que se convencionou chamar de alegria e/ou sensualismo de algumas festas populares que escapavam de sua área de atuação — como o carnaval e as festas católicas —, a militância procurava desqualificá-las, catalogando os seus participantes como pertencentes à massa “inconsciente”, bem a gosto dos psicólogos das multidões. Essa tendência de depreciar as festas populares não circunscritas ao espaço militante não deixa, em certa medida, de ter um cunho racista, pois não podemos nos esquecer de que muitas dessas festas eram associadas pelos intelectuais da burguesia à influência africana sobre a população brasileira. Ademais, quem eram esses indivíduos que se mantinham à margem dos movimentos trabalhistas e estavam tão incorporados aos valores populares senão os trabalhadores nacionais, vários deles negros e mulatos? A militância operária do início do século era predominantemente branca e européia (cf. ANDREWS, s/d; MARAN, 1979).

V. A APROXIMAÇÃO COM A PSICOLOGIA DE MASSAS COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA

“O agente da polícia e a sua psicologia ... medonha”

(Luiz Palmeira)

Podemos asseverar que o enaltecimento da psicologia de massas por parte do movimento operário não se dirigia somente os trabalhadores, pois, muitas vezes, essa teoria foi utilizada como arma política *contra* a burguesia, numa inversão clara do alvo da teoria original sistematizada por

Le Bon. Não estamos nos referindo àquela inversão dos preceitos da psicologia de massas, contemplada anteriormente, feita exclusivamente para rebater os ataques burgueses realizados em nome da *irracionalidade/periculosidade* das massas, na qual a *periculosidade* se metamorfoseia em *racionalidade* — porque utilizada como um direito “legítimo” do trabalhador —, e o *pacifismo* passa a ser o “veredito” de que os populares não corresponderiam ao modelo da turba desenfreada. O que será discutido aqui é uma peculiar aceitação da psicologia de massas — enquanto instrumento de análise da sociedade — que encontramos em alguns artigos da imprensa operária para explicar o que seria a *irracionalidade/periculosidade* da *burguesia* e de *seus agentes*. O termo *canalha* — um dos prediletos dos brasileiros para referirem-se de maneira pejorativa às massas populares — e outros, como *horda* e *turba*, são abundantemente utilizados pela imprensa operária, quando esta se refere à burguesia, ou ainda a indivíduos, como os religiosos, que seguem as suas instituições. Em todo caso, os alvos preferenciais dos jornalistas da imprensa operária são, indubitavelmente, os representantes dos órgãos repressores do Estado.

Mais que qualquer outra categoria, o policial e o soldado seriam, em essência, integrantes da *turba*. Ainda que busquem criar uma identidade com os policiais, através do argumento de opressão comum (como o artigo *O Apelo aos Soldados* de “Um Grupo de Mulheres Grevistas”, *A Plebe*, 21/06/17, p. 2), no geral, quando os soldados — ou os policiais — impedem manifestações populares ou incorrem em violência, a imprensa operária trata-os como *turba*, ou outro termo equivalente que remete à idéia de *irracionalidade*.

Em um artigo de autor anônimo, os policiais são chamados de “horda de assassinos assalariados”, devido à truculenta perseguição que teriam empreendido a um trabalhador. Ao narrar a prisão do operário José Leandro da Silva — seguida de condenação, por resistência à prisão, ao cumprimento de pena de trinta anos —, o militante anônimo argumenta como legítima defesa a investida do trabalhador em meio à “multidão dos sicários, dos assassinos assalariados, defendendo-se com uma faca” (*Lucta Social*, 18/06/22, p. 1).

A ação policial voltada contra os trabalhadores é equiparada àquelas manifestações de rua que, para os teóricos das multidões, denotam irracionalidade. A polícia transforma-se automaticamente

em “matilha” ao invadir a casa de um operário (Anônimo, *A Plebe*, 04/08/17, p. 2), e em “horda” ao saquear e destruir as associações operárias (Ruy de Cardenas, *A Plebe*, 16/09/19, p. 1). O aspecto irracional das investidas policiais é salientado por meio do paralelo com os instintos animais. Descrevendo a prisão, efetuada em Sorocaba, de um homem que reclamava contra a carestia de vida, um outro militante comenta a “fúria bestial” da “horda policial”. A crença dos militantes operários de que os policiais estavam próximos da animalidade, como outrora pregavam os psicólogos das multidões ao remeterem aos aglomerados populares, fica explicitada no artigo em que Astper narra como uma greve foi “esmagada” pelos cães da polícia: “A lição se contém na forma porque foi a greve esmagada. Disfarçando-se sob aparências de uma brandiera [?] ordeira e pacífica, a polícia do sr. Aureliano, covarde, vil, traiçoeira, atirou-se sobre as multidões inermes com uma fúria de lobo esfaimado, atropelando, pisando, varrendo tudo e todos a bala, a sabre e a cascos de cavalo. A lição está nisto: que as greves devem ser feitas com armas na mão, com o fim expresso de repelir e rebentar os cães da polícia, sempre que estes arreganharem os dentes na defesa do cofre forte dos potentados” (*A Plebe*, 04/08/17, p. 1).

Prof. C. C. não descarta a psicologia de massas como instrumental analítico para compreender os policiais: “Ficamos assim a saber que estes corpos são formados de leprosos morais, destituídos do senso escrupuloso para as ignomínias e do que há de mais ignóbil e vil em psicologia coletiva” (*A Vanguarda*, 12/03/21, p. 1).

Luiz Palmeira, de maneira análoga ao professor, tem como certo que os policiais — “a horda de canalhas” — representam o pior da psicologia de massas. Segundo Palmeira, a psicologia do policial é “medonha”, e uma das explicações para isso estaria na própria ascendência dos indivíduos que se tornavam policiais: “Os ventres que os geram, salvo raríssimas exceções, são ventres incestuosos ou de prostitutas. Filhos de alcoólatras a maior parte há de acabar no fundo sombrio de uma prisão ou em cima de um catre imundo de hospital” (“*O Agente da Polícia e a sua Psicologia*”, *A Plebe*, 25/09/20, p. 3).

Essa ascendência, que o autor considera inferior, definiria uma moral imperfeita, um físico fraco e um intelecto medíocre: “Fisicamente, são

mirrados, secos como a própria alma. [...] Intellectualmente, valem por um cretino, pois a massa que guardam no cérebro não chega sequer, a duzentos gramas... Moralmente, só há podridão dentro do ‘eu’” (*id.*, *ibid.*).

O determinismo em relação à psicologia da “horda” de policiais também diria respeito ao meio social: “Educados desde o nascimento num meio pervertido, onde a maldade é o fator preponderante, não vacilam em matar ou roubar. [...] Neles há clara tendência para o latrocínio. [...] O secreta é, pois, um mulambo, um farrapo” (*ibidem*).

Nesse ponto da argumentação, Palmeira está passeando pelas teorias racistas, principalmente a lombrosiana — peso do cérebro, por exemplo —, tentando provar que o policial é um degenerado. O cunho racista de sua argumentação é selado quando estabelece o contraponto entre o que seria uma “alma social” e uma “alma da espécie”, visto que o termo espécie é utilizado para designar diferenças raciais intransponíveis. Podemos dizer que, para Palmeira, o policial é um indivíduo com muitas características similares ao que comumente a teoria racista chamou de “raça inferior”, embora o autor não conclua o raciocínio com essas palavras. Sendo um militante da esquerda revolucionária, o autor afirma que na ocasião da “revolução social” será necessário expurgar o policial da mesma maneira que a saúde pública faz com o micróbio — idéia do “contágio” — da febre amarela. Todo o seu artigo pretende ser “científico”, inclusive a alternativa “preventiva” pensada para resolver o problema social representado pela “atrofiada” psicologia do policial.

O militante que assina Prof. C. C. — aquele que afirmou que o policial possui o que tem de mais vil da psicologia de massas — parece ser um “especialista” na psicologia das instituições colaboradoras da burguesia. De maneira similar ao artigo que fez para criticar os policiais, Prof. C. C. elaborou outro referente à imprensa burguesa: *A Psicologia da Imprensa Brasileira na Atualidade*. Segundo o professor, a “psicologia” dessa imprensa “fede e enoja”, por agir como embrutecedora das massas, deturpando-lhe a moral: “A imprensa burguesa atual é a mentira em vez da verdade; é a treva em vez da luz. É o embrutecimento das massas e a desmoralização familiar nos lares. Nela tudo se vende com tanto que redunde em lucro” (*A Plebe*, 13/04/21, p. 2).

Evidentemente, o fato de os militantes esquer-

distas instrumentalizarem a psicologia de massas para atacar os seus alvos tem um efeito infinitamente menos nocivo para o movimento do que quando discorrem sobre os trabalhadores. Todavia, essa arma discursiva contra a burguesia também traz o seu potencial desagregador para o próprio movimento, pois, acima de qualquer outro argumento, o que justificou mais “cientificamente” as investidas contra os movimentos de caráter popular foi aquele da *periculosidade/irracionalidade*, extraído da psicologia de massas. Parece-nos que a única alternativa viável para esses militantes seria a negação pura e simples da teoria, fato que, ao que parece, não estava ao alcance de suas realizações naquele momento histórico.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Feita a análise das fontes primárias, acreditamos que tenha ficado claro que militantes brasileiros de todas as matizes de esquerda não deixaram de beber em teorias européias excludentes como as de Le Bon e Gabriel Tarde.

No discurso da imprensa operária do início do século, a tendência do movimento operário que endossa a psicologia de massas, mesmo que atacando a burguesia e os seus agentes, é tão significativa quanto aquela que a nega, isso se procurarmos não ser valorativos, conferindo maior consistência discursiva à última tendência. Mas o fato é que a aceitação de alguns preceitos da psicologia de massas é tão recorrente — em todas as tendências da esquerda — e feito de maneira tão sistemática e, algumas vezes ainda, virulenta, que a sua negação fica difícil de ser estruturada. O entusiasmo no potencial das massas de certa forma perde-se frente à crença maior de que a consciência não é uma qualidade inerente ao ser humano, devendo ser adquirida, na maioria das vezes — principalmente no caso das classes pobres —, por meio da educação militante.

Assim, parece-nos discutíveis as teses dos intelectuais que estabelecem um contraponto rígido entre anarquistas e comunistas, ancorados na crença de que os ideais centralistas dos segundos advém, em grande medida, de sua teoria vanguardista/partidária. Esses trabalhos acadêmicos que procuraram demonstrar o autoritarismo presente entre os comunistas das primeiras décadas do século — que, de certa forma, aproximava-os da direita no que se refere à relação com as massas

— tiveram a importante função de abrir a discussão a respeito de uma redefinição da esquerda no momento histórico em que as expectativas quanto a um possível processo revolucionário já haviam arrefecido, devido, em grande medida, aos desdobramentos das Revoluções Russa e Cubana, que, a despeito dos possíveis avanços sociais, promoveram o tolhimento de alguns direitos básicos de cidadania. Entretanto, ao apresentarem o autoritarismo da esquerda comunista, criaram a imagem do que seria o seu oposto: os anarquistas, em cujas fileiras não teria se verificado um autoritarismo em relação às massas.

Pensemos um pouco mais sobre a superação do anarquismo pelo comunismo: teoricamente, os anarquistas defendiam *todos* os trabalhadores, pois o ideal de autogestão pressupunha o respeito às massas e, invariavelmente, o termo *massa* foi utilizado para referir-se aos pobres de um modo geral. Quando estabeleceram a diferenciação entre *massas obreiras* e *massas ignorantes*, os anarquistas perderam a chance de engrossar o seu quadro de militantes⁷. Ao não levarem a crença na espontaneidade das *massas* às últimas conseqüências, os anarquistas perderam a oportunidade de trazer à luta a grande maioria dos trabalhadores em subempregos ou praticamente excluídos do mercado de trabalho. Parece-nos que o trabalhador tinha motivos mais sólidos para se filiar ao PCB, pois os militantes comunistas envolviam-se com mais facilidade que os anarquistas em algumas reivindicações diretamente relacionadas à possibilidade de

melhorias imediatas do cotidiano do trabalhador, como a lei de férias, por exemplo. Além disso, os comunistas insistiam na idéia de que possuíam, diferentemente dos anarquistas, um projeto político para ser implementado depois do advento da revolução, fato que conferiria mais *cientificismo* à teoria que defendiam. Assim, perguntamos: em uma época marcada pelos ideais do *progresso*, como o anarquismo poderia concorrer com o projeto revolucionário comunista, que era apresentado como científico e estava se tornando internacionalmente majoritário, além de oferecer melhorias imediatas ao trabalhador?

A dicotomia também não se mantém porque a procura de negar a psicologia de massas, ou seja, de apostar no potencial das massas, absolutamente não foi exclusividade dos anarquistas. Maximalistas e socialistas, entre outros, também almejavam apostar no potencial das massas, pois, como aqueles, defendiam a racionalidade e a consciência das massas para justificar as ações organizadas pelo movimento e para rebater — ainda que de maneira menos incisiva que a dos anarquistas — a acusação burguesa de que os movimentos de massa refletiam a expressão máxima de desordem e irracionalidade dos populares. Fazer da crença na irracionalidade das massas uma bandeira — com a conseqüente necessidade de liderança para as mesmas —, representava um problema para todas as tendências políticas de esquerda do momento, visto que as manifestações maciças de cunho reivindicatório eram fortemente reprimidas pelo aparato policial, que sempre encontrava evidências de “baderna” nessas manifestações para justificar a sua violência. Além do que, os comunistas também não poderiam prescindir da ação das massas para que sua proposta de revolução fosse viável.

Em resumo, podemos afirmar que ambas as tendências colaboraram para o potencial excluyente das teorias sobre as massas — forjadas pela direita — ao não conseguirem pensar o movimento operário para além de suas prerrogativas.

Findo o artigo, gostaríamos de deixar claro que não estamos querendo nivelar todas as tendências políticas em nome das possíveis semelhanças entre as diversas concepções sobre as massas populares. As linhas demarcatórias entre direita e esquerda mantiveram-se nítidas; todavia, a incorporação de alguns elementos discursivos da direita pela esquerda nunca deixou de ser um entrave ao avanço da segunda. Ou seja, quando a esquerda incorpora

⁷ As evidências levam-nos a crer que o que define, de maneira peremptória, as diferenças entre as massas *obreiras/revolucionárias* e as *ignorantes/inertes*, presente no discurso da imprensa operária brasileira do início do século, são os *preconceitos raciais*. Pela análise das fontes, fica-se com a impressão final de que, para os dirigentes do movimento operário — até mesmo para os brasileiros —, a consciência das massas só pode ser concebida em relação aos brancos europeus, em contraposição à inconsciência do elemento nacional, herdada dos “*foros*” da escravidão. Essa discussão equivale a segunda parte de nossa dissertação de Mestrado. As conclusões dessa etapa do trabalho só fazem fortalecer o argumento de que tanto anarquistas como comunistas não conseguiram superar os preconceitos em relação às massas populares, fato que os aproximava perigosamente da direita. Essas considerações vão ao encontro de teses — como as de George Reid Andrews, Sheldon Leslie Maran e Paula Beiguelman — que procuram explicar o enfraquecimento do movimento operário do início do século pelo argumento de que houve a incorporação dos preconceitos raciais e do conservadorismo por parte dos militantes de esquerda.

preceitos das teorias excludentes da direita, necessariamente já obstruiu a sua possibilidade de desenvolvimento. Acreditamos que assimilações como essa sempre representarão um entrave à expansão do processo democrático e, ousamos dizer, da possibilidade de estruturação de uma sociedade socialista, se nos for permitido o uso de palavra tão *démodé*. Na academia, análises como a de George Rudé — menos “tendenciosas” —, que procuram recuperar as ações das multidões nas

quais os agentes impulsionadores não foram nem a fome, nem a irracionalidade, parecem contribuir para que as classes pobres possam ser pensadas em outro patamar, que não o da inconsciência. No campo da política, qualquer proposta em que as classes populares possam participar do gerenciamento das questões públicas redundaria na negação do princípio do homem massa e indica um caminho para uma maior democratização social.

Recebido para publicação em janeiro de 1999.

Andréa Regina Sampaio Pereira (andrea07@uol.com.br) é Mestre em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREWS, G. R.** s/d. *Trabalhadores negros e brancos em São Paulo (1888-1928)*. Pittsburgh : Departamento de História, University of Pittsburgh. Tradutor : Francisco Azevedo (mimeo.).
- BEIGUELMAN, P.** 1968. *A formação do povo no complexo cafeeiro : aspectos políticos*. São Paulo : Livraria Pioneira Editora.
- DE DECCA, E.** 1986. *1930. O silêncio dos vencidos*. São Paulo : Brasiliense.
- HALL, M. M. & PINHEIRO, P. S.** 1979. *A classe operária no Brasil (1889-1930)*. São Paulo : Alfa-Ômega.
- HARDMAN, F. F.** 1983. *Nem pátria, nem pátrão!* São Paulo : Brasiliense.
- LE BON, G.** 1954. *Psicologia das multidões*. Rio de Janeiro : F. Briguier & Cia.
- _____. s/d. *Leis psicológicas da evolução dos povos*. Rio de Janeiro/São Paulo : Universus.
- MARAN, S. L.** 1979. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro (1890-1920)*. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- MUNAKATA, K.** 1981. *A legislação trabalhista no Brasil*. São Paulo : Brasiliense.
- ORTEGA Y GASSET, J.** 1971. *A rebelião das massas*. Rio de Janeiro : Livro Ibero-Americano.
- RUDÉ, G.** 1991. *A multidão na história*. Rio de Janeiro : Campos.
- TARDE, G.** 1992. *A opinião e as massas*. São Paulo : Martins Fontes.
- _____. s/d. *As leis da imitação*. Porto : RÉ.S.
- TRONCA, I.** 1982. *A Revolução de 30*. São Paulo : Brasiliense.

OUTRAS FONTES

1. Jornais

A Plebe (1917 a 1922).
Jornal do Subiroff (1920).
O Libertário (1922).
A Vanguarda (1921).
O Debate (1917).

O Jerminal (1919).
Spártacus (1919 a 1920).
Renovação (1920 a 1921).
Lucta Social (1922).

2. Revista

Movimento Comunista (1922).